

ORÇAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO

Um estudo sobre
o porquê ele não é cumprido.

\$

\$

\$

\$

ALEX PEREIRA BÜHLER

EDIÇÃO PARA KINDLE
2014

Orçamento Público Brasileiro: Um estudo sobre o porquê ele não é

Cumprido. Este livro servirá para o leitor entender a origem do Orçamento Público Brasileiro, seus princípios, sua importância para garantia da Dignidade da Pessoa Humana e levará à reflexão da problemática sobre o porquê o Orçamento Público Brasileiro não é cumprido. A obra também servirá para estudantes de concursos públicos para as áreas fiscais, e de gestão orçamentária, que necessitem conhecer a parte geral do Orçamento Público Brasileiro e seus princípios.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – ORÇAMENTO PÚBLICO: TEORIA BÁSICA

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO

1.1.1 Origens do Orçamento Público

1.1.1.1 O Orçamento Público no Estrangeiro

1.1.1.2 O Orçamento Público no Brasil

1.2 CONCEITO DE ORÇAMENTO PÚBLICO

1.3 CLASSIFICAÇÕES DO ORÇAMENTO PÚBLICO

1.3.1 Classificação segundo a Competência para elaboração e aprovação por votação

1.3.1.1 Orçamento Tipo Legislativo

1.3.1.2 Orçamento Tipo Executivo

1.3.1.3 Orçamento Tipo Misto

1.3.2 Classificação Segundo Sua Evolução

1.3.2.1 Orçamento Tradicional

1.3.2.2 Orçamento Desempenho

1.3.2.3 Orçamento Programa

1.3.2.4 Base Zero

1.3.2.5 Orçamento Participativo

1.4 OS ASPECTOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO

1.4.1 O Aspecto Jurídico

1.4.2 O Aspecto Político

1.4.3 O Aspecto Econômico

1.4.4 O Aspecto Técnico

1.5 NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO II – OS PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 OS PRINCÍPIOS CLÁSSICOS

2.1.1 Princípio da Anualidade

2.1.2 Princípio da Universalidade

2.1.3 Princípio da Especialização

2.1.4 Princípio da Exclusividade

2.1.5 Princípio da Unidade

2.1.6 Princípio da Legalidade

2.1.7 Princípio da Anterioridade Orçamentária

2.1.8 Princípio do Equilíbrio

2.1.9 Princípio da não Afetação de Receitas

2.1.10 Princípio da Publicidade

2.1.11 Princípio da Clareza

2.1.12 Princípio da Exatidão

2.2 OS PRINCÍPIOS MODERNOS

2.2.1 Princípio da Programação

2.2.2 Princípio da Quantificação dos Créditos Orçamentários

2.2.3 Princípio da Economicidade

2.2.4 Princípio do Orçamento Bruto

2.2.5 Princípio da Uniformidade

CAPÍTULO III – O ORÇAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

3.1 A FUNÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO

3.1.1 Função Distributiva

3.1.2 Função

wikilivros

Alocativa3.1.3 Função Estabilizadora3.2 OS OBJETIVOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL3.2.1 A Dignidade da Pessoa Humana Princípio Maior3.2.2 A Vinculação aos Objetivos da República Federativa do Brasil por Princípio3.3 OS INSTRUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS3.3.1 O Plano Plurianual PPA3.3.2 A Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO3.3.3 A Lei Orçamentária Anual LOACAPÍTULO IV – O ASPECTO JURÍDICO NÃO VINCULANTE DO ORÇAMENTO4.1 ASPECTOS GERAIS4.2 A DISCRICIONARIEDADE DO AGENTE PÚBLICO4.2.1 O Agente Público Político4.2.2 O Agente Público Administrativo4.3 A RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO4.3.1 Lei Complementar 101 de 2000 (LRF)4.3.2 O Projeto de Emenda Constitucional Nº 22 DE 20004.4 AS CONSEQUÊNCIAS DA NÃO VINCULAÇÃO DO ORÇAMENTOCONCLUSÃOREFERÊNCIAS

[Clique aqui para obter este livro](#)